



4629 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT12 - Currículo

Discursos sobre a avaliação do desempenho docente nos textos políticos da Ibero-américa
Thais de Souza Dias da Rosa - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

DISCURSOS SOBRE A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE NOS TEXTOS POLÍTICOS DA IBERO-AMÉRICA

Resumo: Na região Ibero-americana, a avaliação do desempenho docente é uma política curricular que busca avaliar, certificar e significar o currículo de formação inicial/continuada e o trabalho da docência, com o propósito de melhorar os resultados obtidos pelos professores nas atividades de ensino. O objetivo desse pôster é apresentar a pesquisa inicial sobre a temática e suas implicações com as políticas de currículo, a partir da abordagem teórico-metodológica da Teoria do Discurso (LACLAU, MOUFFE, 2015) em conjunto com autores do campo curricular que operam com as ideias desse referencial: Lopes e Macedo (2011), Dias e López (2006), dentre outros. Com base nas leituras de Laclau e Mouffe (2015) compreendo os discursos dos textos políticos da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como práticas sociais que visam o fechamento e a fixação dos sentidos (mas o fazem de forma incompleta, temporária, contingente e precária, pois novos sentidos sempre irrompem, dependendo do contexto em que forem significados/produzidos).

Palavras-chave: Políticas de currículo; discursos; avaliação do desempenho docente; Ibero-américa.

1 INTRODUÇÃO

Na Ibero-américa, a avaliação do desempenho docente vem ganhando cada vez mais notoriedade nos discursos dos textos políticos da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)[1] e Oficina Regional para a América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (OREALC/UNESCO)[2] ao significar a formação e o trabalho da docência na região.

Desse modo é importante que intensifiquemos os debates sobre os sentidos que estão sendo produzidos em torno da avaliação do desempenho, uma vez que os desdobramentos dessa política curricular se refletem na formação docente: organização dos conteúdos em forma de habilidades e competências de ensino-aprendizagem, alinhados com os padrões[3] a serem avaliados nos exames e no exercício da profissão no magistério: responsabilização pelos maus resultados dos alunos nas avaliações de larga-escala e a ênfase na performatividade (Ball, 2002) dos professores para a melhoria dos indicadores educacionais, através da regulação do trabalho docente, incentivos salariais e avanços verticais na carreira ao longo do exercício da profissão no magistério.

Nesse sentido, me proponho investigar os discursos sobre a avaliação do desempenho docente nos textos políticos da OEI e UNESCO e seus possíveis desdobramentos na formação e no trabalho dos professores na região Ibero-americana. Para tal, pretendo analisar os sentidos construídos em torno da avaliação do desempenho docente nos discursos da OEI e UNESCO, buscando interpretar os sentidos produzidos em torno do significante “desempenho” no pensamento curricular e os modos como esse vem se tornando um produtor de sentidos nas políticas curriculares contemporâneas brasileiras para a docência.

2 DISCUSSÃO

Na região Ibero-americana, a avaliação do desempenho docente pode ser vista em diferentes etapas de discussão, elaboração e consolidação. Alguns países como México, Colômbia, Peru e Chile se encontram em estágios avançados na institucionalização dessa política. No Brasil, podemos verificar propostas que apontam para a avaliação do desempenho como o Projeto de Lei Nº 6114/09 que prevê o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)[4], que se encontra na fase de análise do texto da proposta no Senado Federal e a Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica (BNCFEB)[5], apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) em 13 de dezembro de 2018.

Convém ressaltar que a avaliação do desempenho docente se insere na discussão curricular da região Ibero-americana articulada com os conhecimentos que têm por objetivo desenvolver habilidades e competências na formação inicial/continuada, em defesa da melhoria do exercício da profissão no magistério e consequentemente, da promoção da qualidade da educação a partir dos discursos difundidos pela OEI e UNESCO. Assim, considero-a como uma política de

currículo que visa [...] “um processo de seleção e produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, portanto, de culturas, capaz de instituir formas de organizar o que é selecionado, tornando-o apto a ser ensinado.” (LOPES, 2004, p.111).

A avaliação do desempenho docente é uma política curricular que traz implicações para a formação e o trabalho dos professores. Na primeira, ao significar os conteúdos que devem estar presentes nos currículos, para a capacitação e certificação das competências de ensino-aprendizagem, com o objetivo de garantir o êxito escolar dos alunos, principalmente nas avaliações de larga-escala. E no trabalho, ao articular os incentivos salariais e progressões na carreira, com a performance dos professores nas avaliações de desempenho, afetando a forma como estes se identificam/subjetivam na/com a profissão e se relacionam com as atividades de ensino e responsabilização pelos resultados.

Pretendo discutir essa temática a partir das contribuições da Teoria do Discurso, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), em conjunto com autores do campo de currículo: Lopes e Macedo (2011), Dias e López (2006), dentre outros, que dialogam de forma direta e/ou indireta com as ideias problematizadas por essa perspectiva discursiva.

Para Laclau e Mouffe (2015), os discursos são entendidos como “tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro”(p.187). Essa noção me ajuda a problematizar, no âmbito da política curricular, os(s) contextos(s) sociais, econômicos, políticos e educacionais em que ocorrem as disputas e articulações em busca da significação e hegemonização da avaliação do desempenho docente na Ibero-américa.

Sob o prisma desse referencial, compreendo os discursos da OEI e UNESCO como práticas sociais que visam o controle docente, pelo fechamento e a fixação dos sentidos (mas o fazem de forma incompleta, temporária, contingente e precária, pois novos sentidos sempre irrompem, dependendo do contexto em que forem significados/produzidos). Para Laclau e Mouffe (2015) a estrutura é aberta e descentrada (afastando-se dos autores estruturais), possibilitando que novos discursos sejam articulados, no processo de tomada de decisões da política.

3 CONSIDERAÇÕES EMPÍRICAS

Nesta pesquisa, trago para análise os sentidos que estão sendo produzidos sobre a avaliação do desempenho docente nos discursos dos textos políticos: *Miradas sobre la Educación en Iberoamerica: Desarrollo Profesional Docente y Mejora de la Educación* (2013) e “*Miradas sobre la educación en Ibero-américa: avances en las metas educativas*” (2016) da OEI e *Antecedentes y Criterios para la Elaboración de Políticas Docentes en América Latina y el Caribe* da OREALC/UNESCO (2013).

Tais produções trazem a preocupação com a imprescindibilidade dos processos avaliativos de verificação do desempenho dos professores para o alcance da qualidade educacional, que se verifica através da formulação de procedimentos, mecanismos, critérios classificatórios e técnicos para os docentes iniciantes e os já em exercício na carreira. Observa-se este pensamento nos trechos:

A avaliação docente é um tema que produz discussão entre autoridades educativas e grêmios. Sua implementação está mediada por negociações que nem sempre atendem critérios técnicos de bom desempenho. [...] A discussão inclui o objeto de avaliação, os atores que avaliam, os critérios para a avaliação, os instrumentos e procedimentos, e a relação entre os resultados e os incentivos. (OREALC/UNESCO,2013, p.86)

Insuficiência de critérios para a distinção dos melhores professores desencadeia a busca de formas mais adequadas para a avaliação docente, devido as novas expectativas referentes aos sistemas educativos [...] para formar cidadãos que desempenhem atividades que impliquem em competências cognitivas e não cognitivas, mais complexas, como as que exigem as atuais sociedades do conhecimento (OEI, 2013, p.229).

Contudo, em linha com o pensamento de Lopes (2004), que destaca a referida qualidade como uma suposição, convém questionar: até que ponto a implementação de critérios avaliativos se converte em uma efetiva melhora na formação inicial / continuada dos professores e na aprendizagem dos alunos? Penso que a obtenção de parâmetros para a verificação do desempenho docente com o objetivo de obter índices de performance verificáveis internacionalmente, corre o risco de não levar em consideração o contexto socioeconômico, político, cultural e histórico local dos sujeitos avaliados.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. Reformar escolas / reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v.15, n.002, 2002, p.3-23. Disponível em: <http://josenorberto.com.br/BALL.%2037415201.pdf> Acesso:27 mar.2019
- DIAS, Rosanne E.; LÓPEZ, Silvia B. Conhecimento, interesse e poder na produção de políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, jul. /dez 2006, p.53-66. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/dias-lopez.pdf> Acesso: 11 jan. 2019
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015 (Coleção Contrassensos), 288 p, 2015.
- LOPES, Alice C. Políticas de currículo: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, p.109-118, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08.pdf> Acesso: 29 mar.2019
- LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 280 p, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, OEI. **Miradas sobre la educación en Iberoamerica: Desarrollo**

profesional docente y mejora de la educación. Madri: Espanha, 2013. Disponível em: www.oei.es/publicaciones/InformeMiradas2013.pdf Acesso: 29 mar. 2019

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, OEI. **Miradas sobre la Educación en Ibero- América: Avances em las metas educativas.** Madri: Espanha, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, UNESCO. **Antecedentes y Criterios para la Elaboración de Políticas Docentes en América Latina y el Caribe.** Santiago: Chile, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223249> Acesso: 29 mar.2019

NOTAS:

[1]Organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países Ibero-americanos, nos campos da educação, ciência, tecnologia e cultura, no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional. As nações da Península Ibérica e da América Latina, cujas populações falam português e espanhol , fazem parte da OEI , sendo composta por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiné Equatorial, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico (protetorado dos Estados Unidos), Espanha, Uruguai e Venezuela.

[2]A Oficina Regional da Unesco para a América Latina e Caribe (OREALC) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), tem interesses voltados para a educação dos países integrantes da região América Latina e Caribe, alguns deles comuns à região Ibero-americana

[3]Na Língua Portuguesa, o significado do termo “estándar” ou “estándares” se relaciona com os termos: padrão, critério e regra.

[4]Esta proposta já foi aprovada pela Comissão de Educação (CE) da Câmara Federal. No momento, o texto segue em trâmite (em caráter conclusivo), faltando apenas ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), do senado federal. Para mais informações, recomendo o acesso ao link: http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/489437-COMISSAO_APROVA-EXAME-NACIONAL-PARA-AVALIAR-PROFESSORES-DA-EDUCACAO-BASICA.html Acesso: 29 mar. de 2019.

[5]Em linhas gerais, esta base aponta para a imprescindibilidade da formação docente ser voltada para a prática escolar, sendo orientada pelas competências a serem desenvolvidas nos professores nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas, das instituições de ensino superior público e privado do Brasil. Este texto político ainda apresenta propostas para o ingresso na carreira docente (dentre elas, uma avaliação que buscará avaliar os saberes e competências), estágio probatório, formação continuada e progressão na carreira do magistério. Para maiores informações, recomendo o acesso ao link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-12/mec-lanca-base-comum-de-formacao-de-professores-da-educacao-basica> Acesso: 29 mar. 2019